

O Plano Real e o centro político

LUIZ WERNECK VIANNA*

É fato fora de disputa que o Plano Real introduziu um elemento novo na emergente democracia brasileira, incluindo como ponto permanente de sua agenda o tema da estabilização monetária, que, assim, deixa de ser monopólio dos círculos da tecnocracia para se converter em questão de interesse geral, inclusive dos setores sociais menos treinados nos debates sobre a administração da vida econômica. Decerto que anos de uma política de desenvolvimento referida principalmente aos objetivos de transformar rapidamente a economia do país, modernizando o seu parque industrial e abrindo a sua fronteira Oeste, como no caso da criação de Brasília, manteve velada, para as elites políticas, a necessidade de uma distribuição de renda, cuja pedra de toque, em uma sociedade com as características demográficas e ocupacionais da nossa, inevitavelmente deveria se traduzir em uma ampla e generosa reforma agrária. Para esse resultado, entre outros fatores, conspiraram não só o cálculo dos dirigentes do Estado no sentido de evitar a cisão entre elites agrárias e industriais – desfecho óbvio de uma reforma agrária no contexto político brasileiro até os anos 80 –, como também o fato de que o avanço na modernização econômica acabava por se converter em uma política “indireta” de distribuição de renda, favorecendo o fluxo migratório campo-cidade, que, na circunstância das décadas de 50 e 60, era legitimamente identificada com mobilidade social, criando novas oportunidades ocupacionais e de vida. Assim, o chamado “imposto” inflacionário, que contribuiu em alguma medida para o fundo de poupança que viabilizou a modernização do país, embora recaísse sobre os mais pobres, se fazia compensar pela expansão do emprego e das atividades econômicas em geral que, se não beneficiava a todos, como que prometia a cada um, por efeito demonstração, ser possível mudar para melhor as suas condições de vida. Não à toa não faltou base popular ao nacional-desenvolvimentismo, a despeito de suas políticas econômicas de vocação inflacionária.

Como notório, os aspectos mais perversos da inflação vieram a se manifestar quando, por questões diversas, entre as quais a mudança no paradigma de desenvolvimento econômico, se perdeu ímpeto no crescimento da economia e na geração de empregos e oportunidades de vida, fazendo dela apenas um instrumento econômico de exasperação da injustiça social ao favorecer a transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos. Nesse sentido, com independência da intenção original dos seus autores, os diferentes planos de estabilização monetária, vindos à luz depois de aberto o período de transição à democracia, se vêm revestindo de uma conotação substantivamente democrática na medida em que procuram derrogar um tipo de “imposto” que afeta os setores mais desprotegidos socialmente da sociedade. Foi da natureza dessa intervenção – os planos de estabilização monetária – que se chegou a esta verdadeira mutação política que consiste na inesperada e inédita convergência entre atores e camadas sociais sem qualquer tradição de mútua empatia – tecnocracia econômica e massas desorganizadas e socialmente excluídas. Basta lembrar o forte prestígio popular gozado, em sua época, pelos economistas do Plano Cruzado, pela ministra de assuntos econômicos do governo Collor, e, mais recentemente, pelos atuais governantes responsáveis pela aplicação do Plano Real.



Sabido que à política tudo que provém do social não lhe é estranho, esse encontro entre regiões da sociedade, tipos de razão e códigos semânticos tão afastados e díspares não ficou sem resposta, e que veio pela improvável, ao menos em teoria, associação do neoliberalismo com o neopopulismo, espécime novo da diversificada fauna da política brasileira. Assim, deixaríamos para trás o populismo da era Vargas, com suas práticas manipulatórias, a partir de sindicatos tutelados pelo Estado, dos trabalhadores organizados, quando se concedia direitos sociais aos assalariados urbanos a fim de incluí-los na malha da estrutura corporativa e interditar a sua autonomia, para ingressarmos em um tipo de populismo cujo objeto não mais é o cidadão (que se queria regular “por cima”), e sim o consumidor de bens de mercado e de serviços sociais prestados por agências estatais, nos dois casos dependente da razão tecnocrática e das ações da *intelligentzia* responsável por sua adequação ao mundo. O populismo do neoliberalismo, ao contrário da prática prevalente na era Vargas, ignora as instituições de intermediação entre o Estado e a sociedade civil, consequência, aliás natural, para quem entende que a dimensão da economia deve prevalecer sobre a da política. E, ademais, como corolário disso, leva à desconsideração do centro político, visando estabelecer vínculos diretos entre *intelligentzia* tecnocrática e massas desorganizadas, ultrapassando-se as formas organizadas da sociedade civil e as suas instituições-líderes, depreciadas como de caráter corporativo. Tanto as eleições de 1989 como as de 1994 – e o tipo de governo que se seguiu a ambas – assumiram esse figurino, mais um contraste com o estilo da política do período nacional-desenvolvimentista, quando a captura do centro político – compreendido, então, como o lugar das chamadas “forças vivas” da nação – consistia no primeiro e estratégico objetivo das lideranças em presença.

Contudo, a deserção do centro político que caracterizou o recente cenário da política brasileira, cujo indicador mais espantoso está na irrisória votação, nas eleições de 1989, de Ulysses Guimarães, o grande nome da resistência liberal-democrática à ditadura militar, não resultou apenas da ação dos neoliberais. Foi obra comum com a esquerda, bastando lembrar que o PPS (então PCB), em 1989, optou pela candidatura própria em detrimento da de Ulysses, e que, na mesma oportunidade, no segundo turno das eleições, o PT não julgou de relevância política conduzir ao seu palanque eleitoral o mesmo Ulysses, a liderança que melhor expressava o centro político no país. *Chassez le naturel, il revient au galop*, e o que se assiste nestes dois últimos anos de governo FH é o retorno do centro político, inclusive do ponto de vista eleitoral, com a candidatura Ciro Gomes do PPS e a de Lula pela coalizão PT-PDT, uma guinada ao centro operada pela esquerda que deve, sem dúvida, ainda mais se arriscar audaciosamente nesse movimento. De outra parte, provavelmente consultando as pesquisas de opinião, o próprio governo vem abdicando, como visível, entre outros exemplos, na mudança de política quanto à greve da Universidade, de sua posição de quase nojo nos contatos com a sociedade civil organizada, com o que procurava zelar pela integridade das certezas talmúdicas que o inspiravam. A ida ao centro político, pois, nestas eleições de 1998, tornou-se a meca de todos, dos crentes a antigos incréus, atestando a reprovação, no teste da seleção natural, da mutação política do neopopulismo, a esta altura se assemelhando a um destes bichos clonados, cuja fabricação em laboratório não tem serventia para ninguém, ao mesmo tempo em que nos devolve a economia como questão do espaço público e não de uma pretensa tecnocracia de iluminados.

*Cientista político